

A recepção do manto Tupinambá no Museu Nacional do Rio de Janeiro

The reception of the Tupinambá cloak at the National Museum of Rio de Janeiro

Recebido em: 30/10/2024

Aprovado em: 18/08/2025

Caroline Mendes Pinto Rocha da Costa

[Sobre a autora >>](#)

RESUMO

Este trabalho tem como temática os eventos de recepção ao manto Tupinambá após a sua chegada no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sua repatriação ocorreu 24 anos após a anciã Tupinambá Nivalda do Amaral encontrar o manto pela primeira vez, e alguns anos depois de a pesquisadora e artista indígena Glicéria Tupinambá retomar a confecção dos mantos. Dessa forma, o presente artigo foi organizado seguindo duas linhas metodológicas: em um primeiro momento, o texto vai apresentar os mantos e narrar os principais acontecimentos desse longo processo de repatriação. A segunda parte do trabalho tem como objetivo contar, a partir de um relato de experiência, como foi o evento de recepção dos indígenas ao manto, fato que ocorreu entre 7 e 12 de setembro de 2024, no parque da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro. Essa seção conta com algumas entrevistas, observações pessoais e análises sobre o processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

Palavras-chave: Manto Tupinambá; repatriação; acervos indígenas; demarcação

ABSTRACT

This paper focuses on the events surrounding the reception of the Tupinambá cloak after its arrival at the National Museum of the Federal University of Rio de Janeiro. The repatriation of the cloak occurred twenty-four years after the Tupinambá elder, Nivalda do Amaral, saw the cloak for the first time, and some years after the indigenous researcher and artist Glicéria Tupinambá resumed making the cloaks. Thus, this article was organized along two methodological lines. First, the text will present the cloaks and narrate the main events of this long repatriation process. The second part of the paper aims to tell, based on an experience report, tells how the event of the Tupinambá reception of the cloak took place, the event was between September 7 and 12, 2024, at the Quinta da Boa Vista park in Rio de Janeiro. This section includes some interviews, personal observations, and analyses of the process of demarcation of the Tupinambá de Olivença Indigenous Land.

Keywords: Museums; archives; Tupinambá cloak; repatriation; indigenous collections; demarcation.



O retorno do manto

Os mantos Tupinambá são provavelmente as peças mais antigas produzidas por grupos indígenas brasileiros que chegaram conservadas à contemporaneidade. Atualmente, existem onze mantos do período colonial – dez na Europa e um no Brasil¹ – que foram levados para o velho continente pelos europeus desde o começo do processo colonial, quando demonstraram enorme interesse nas peças produzidas pelos indígenas (Buono, 2018).

A esses mantos se juntaram, nos últimos anos, aqueles confeccionados pela artista e pesquisadora indígena Glicéria Tupinambá,² que iniciou seu processo de confecção em 2006, com um manto para o encantado³ Tupinambá utilizar na festa de São Sebastião de sua aldeia, a Serra do Padeiro, localizada na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, no sul do estado da Bahia. Posteriormente, Glicéria doou esse manto para a mostra itinerante *Os primeiros brasileiros*, exposição que teve curadoria de João Pacheco de Oliveira. A partir de 2020, Glicéria retomou seu trabalho de pesquisa e feitura dos mantos de maneira ainda mais aprofundada (Alarcon; Silva, 2022, p. 156), confeccionando outros mantos e os expondo em diversos espaços. Nos últimos anos, ela se tornou um nome de grande importância para a arte indígena contemporânea, além de ter concluído o mestrado em antropologia social pelo Museu Nacional.

¹ A historiadora da arte Amy Buono pesquisou extensamente os mantos. Segundo sua pesquisa, as localizações dos mantos são: Nationalmuseet Etnografisk Samling, Copenhagen (EH5931, EHc52, EH5933, EH5934, EH5935); Museum der Kulturen, Basileia (N. Ivc657); Musées Royale d'Art et d'Histoire, Bruxelas (AAM 5783); Musée du Quai Branly, Paris (N.17.3.83); Museo di Storia Naturale, Università degli Studi di Firenze, Florença (N. 281 e 288); e 'Museum Septalianum', Biblioteca Ambrosiana di Milano, Milão (sem número de inventário) (Buono, 2018). Importante ressaltar que o manto com o antigo número de registro EH5931 é o que se encontra atualmente no Museu Nacional da UFRJ.

² Nos últimos anos, Glicéria foi convidada por diversas instituições para visitar e estudar os mantos que ainda estão na Europa. Sua produção enquanto artista e antropóloga é centrada nessa temática.

³ Os encantados estão presentes em diversos relatos sobre os Tupinambá contemporâneos e possuem um lugar próximo ao de entidades para o grupo (Couto, 2008).



Figura 1: Mantos Tupinambá no Museu Nacional da Dinamarca.

Fonte: Dam-Mikkelsen; Lundbaek, 1980.

O manto repatriado para o Brasil era um dos quatro que integravam as coleções do Museu Nacional da Dinamarca. Esse acervo museal começou no gabinete de curiosidades do rei Frederico III e esses bens aparecem em inventários já em 1674 (Due, 2002). Durante todo esse longo período na Europa, o manto repatriado retornou para o Brasil apenas uma vez, para a Mostra do Redescobrimento no ano 2000. Essa exposição de arte brasileira foi organizada em um amplo contexto nacional de comemorações governamentais por conta dos 500 anos da chegada dos portugueses⁴ às terras brasileiras. Nessa ocasião, Amotara Tupinambá,⁵ ou Nivalda, encontrou o manto (Antenore, 2000) e decidiu pedir a sua permanência no país. O encontro aparece em uma entrevista que Nivalda concedeu a Patrícia Couto:

⁴ A data também foi um marco na articulação dos povos indígenas brasileiros que se organizaram para protestar pelo seu direito à terra e para contestar a narrativa histórica oficial do “descobrimento”. Um dos exemplos de mobilização foi a Marcha Indígena do Ano 2000, uma manifestação pacífica organizada pelo Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capoib). A marcha passou por diversos pontos do país até chegar na aldeia Pataxó da Coroa Vermelha, no sul da Bahia.

⁵ Amotara era uma anciã, uma liderança comunitária e foi uma figura fundamental no processo de reorganização das comunidades de Olivença, nos anos 1990, e na luta pelo reconhecimento do grupo enquanto indígenas Tupinambá.

Quando eu fui lá pra conferência eu encontrei um jornalista de S. Paulo. Ele chegou assim e disse: vocês são Tupinambá mesmo? E eu disse: somo. E por que são Tupinambá? E eu disse: minha vó morreu com 75 anos !! e ela batia no peito e dizia: somo Tupinambá, Marcelino era meu sobrinho, Marcelino era um Tupinambá forte guerreiro, que lutou pelo que era nosso. Eu sei que eu sou Tupinambá, e ela dizia que tinha um manto e que este manto depois que sumiu nossa aldeia se acabou. E ele [o jornalista] disse assim: se você vê o manto você se lembra? E eu disse: lembro sim. Eu nunca vi mas eu reconheço porque ela me dizia, e o que ela dizia eu tô na minha mente. Nós fomos lá pra exposição e tinha 15.000 peça indígena e ele perguntou assim: a sra não encontrou nada ainda? E eu disse: nada. Ele deixou pra me levar por último e quando eu cheguei assim que vi o manto, menina!!! me deu um remorso tão grande. Como minha vó dizia que os espíritos são vivo, nessa hora eu vi ela dizendo assim: é esse, e as lágrima corria dos meus olhos sem eu sentir, e eu disse: é esse!!! e botei a mão assim no vidro. E ele disse: a sra tem certeza? E eu disse: tenho certeza que é este manto!! Quando desapareceu este manto a aldeia se acabou, porque o manto era sagrado. O manto, quando uma moça ia casar, ela botava. O pajé botava aquele manto, era sagrado. Então a aldeia tava firme, agora eu não sei quem levou (D. Nivalda, 71 anos, Olivença) (Couto, 2003, p. 78).

A memória desse dia também ficou marcada nas filhas de Amotara, que mencionam em diversos momentos como esse encontro foi importante para a sua mãe. Maria Arli, sua filha mais velha, falou não só da relação de Amotara com o manto, mas também da relação da sua bisavó, Ester Francisca do Amaral, com ele:

Lembro dela falar, ela falava muito, quando ela chegou perto do manto ela se emocionou, chorou, que era a coisa mais linda era o manto, aí falava essas coisas [...] eu acho que foi um jornalista que aparece convidando ela pra ir pra São Paulo, que o manto estava em São Paulo e ela quis ir [...] aí ela sonhou com ele, aí ela disse o manto existe [...] ela falava do manto, tanto ela mais a minha bisavó falava também, ela falava que existia o manto, não sabia onde estava [...] ela falava que o manto era pra proteção dos indígenas, ela falava que tinha outros que era pra cura, pra casamento, tinha manto pra coisas diferentes, tinha, agora esse era o principal. [...] eu acho que era uma história de família, ela já morava ali desde que ela nasceu, em Olivença, e ela vinha contando isso [...] conheci ela, sim, ela viveu até 101 anos. (Maria Arli, 11 de setembro de 2024)

As filhas de Amotara e bisnetas de Ester Francisca do Amaral dizem que a última morada do manto, antes de sair do Brasil, foi a Igreja de Nossa Senhora da Escada, localizada em Olivença. Essa informação também aparece em outros relatos como o da anciã Glorinha que conta a história de um indígena que um dia encontrou aos pés da gameleira uma “santa índia” feita de madeira. A imagem teria sido vestida com um manto Tupinambá e levada para Roma pelos padres jesuítas (Mendes; Tupinambá, 2014, p. 54).

Talvez não seja possível recriar com exatidão as rotas percorridas por esse manto ou por tantos outros objetos indígenas retirados do Brasil e levados para a Europa durante o período colonial. O que se sabe, com certeza, é que, após o encontro de Amotara com o manto, ela reivindicou a permanência da peça no Brasil, o que não ocorreu. O Museu Nacional da Dinamarca, onde o manto estava, afirma que naquele primeiro momento, no ano 2000, nenhuma solicitação foi feita oficialmente à instituição e, portanto, eles não teriam como responder a esse primeiro pedido.⁶



Figura 2. Amotara e o manto Tupinambá. Fonte: Antenore, 2000.

⁶ Informação obtida por troca de e-mails com uma das curadoras do museu, Mille Gabriel. Todas as informações relativas ao museu da Dinamarca foram obtidas dessa maneira.

Apesar disso, naquele momento, ocorreu de fato uma movimentação efetiva dos indígenas com relação à permanência do manto no país, como ficou registrado em processo na Procuradoria da República de Ilhéus, aberto em julho do ano 2000.⁷ O primeiro parecer técnico sobre o tema foi elaborado em novembro do mesmo ano, pela antropóloga Aldeneiva Celene Fonseca, que apontou como legítimo o movimento dos indígenas de Olivença. O segundo parecer foi escrito por Maria Rosário Gonçalves de Carvalho, docente na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2001, e apontava como legítimo o pedido dos indígenas, além de sugerir que o manto ficasse no Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP). No processo, consta a informação de que os relatórios foram encaminhados para o Ministério das Relações Exteriores em 2006. A procuradora da República responsável, Fernanda Alves de Oliveira, também solicitou ao MAE e ao Museu do Índio, no Rio de Janeiro, que informassem se possuíam condições técnicas para receber o manto. Ambas as instituições informaram que naquele momento não poderiam receber a peça. Após as negativas, Maria Carvalho afirmou que não existiriam condições de se manter a peça no Brasil e, em 2009, o processo foi arquivado.

Muitos anos depois, os Tupinambá de Olivença retomaram sua reivindicação com relação à devolução do manto. Em 2022, o Museu Nacional da Dinamarca recebeu três correspondências sobre o tema, duas da cacique Valdelice, filha de Amotara, e uma do cacique Babau, irmão de Glicéria Tupinambá, nas quais os autores manifestavam o desejo de que a peça retornasse ao país. Não havia consenso sobre o destino da peça no Brasil, contudo, o Museu Nacional se prontificou a receber o manto e as negociações com o Museu Nacional da Dinamarca avançaram nos dois anos seguintes. Para além da mobilização dos indígenas, centrada nas figuras da cacique Valdelice e de Glicéria Tupinambá, o processo foi conduzido por dois grupos de trabalho, formados em 2023. O primeiro criado dentro do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e outro no próprio Museu Nacional. Os indígenas Tupinambá oficialmente presentes nos GTs eram Juliana

⁷ O documento foi obtido por meio da lei de acesso à informação.

Tupinambá,⁸ no grupo de trabalho do MPI, e Glicéria Tupinambá e Valdelice Tupinambá, no GT do Museu Nacional.

Durante o longo processo de debates sobre a repatriação do manto, a principal demanda dos Tupinambá de Olivença era de que a recepção do manto fosse feita pelos indígenas, o que não ocorreu. O manto chegou em segredo ao país e ao Museu Nacional, em julho de 2024. Em reportagem publicada na revista *Piauí*, em agosto de 2024, a repórter Elisangela Roxo (2024) diz que o sigilo com relação à data de chegada do manto foi um pedido do próprio museu dinamarquês por questão de segurança. Contudo, tal medida excluiu justamente os indígenas do processo de recepção. Apesar de a chegada do manto ter ocorrido em julho, os Tupinambá de Olivença só conseguiram realizar o evento de recepção em setembro, após diversos conflitos com a direção do Museu Nacional, que ocorreram, principalmente, com relação à data de retorno do manto e à afirmação dos indígenas de que eles não haviam sido informados imediatamente da chegada do bem. O desgaste atingiu seu ápice após uma visita do diretor da instituição, Alexander Kellner, que foi à aldeia Itapoã da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, no dia 6 de agosto de 2024, de forma breve. O cacique Acauã Tupinambá disse que o encontro “não foi bom”, enquanto o cacique Sussuarana Tupinambá reforçou que a direção do museu não prestou qualquer auxílio à viagem dos indígenas.⁹ Apesar disso, com muito esforço coletivo, eles conseguiram se mobilizar e vir do sul da Bahia para o Rio de Janeiro.

⁸ Além de Caíque Ribeiro Galícia (MPI), Daniela Fernandes Alarcon (MPI), Eliel Benites (MPI), Mayra Tiemi Yonashiro Saito (MPI), Nayra Kaxuyana (MPI), as atas de reunião do GT mostram diversos outros pesquisadores envolvidos no processo em diferentes momentos.

⁹ As principais mediações entre o Museu Nacional e a Prefeitura do Rio de Janeiro para o acampamento foram feitas pelo MPI, que enviou representantes para a Quinta da Boa Vista, enquanto a Prefeitura do Rio de Janeiro enviou agentes de saúde. Alguns dias depois, a Prefeitura colocou uma barraca de água provisória em frente ao acampamento. Importante ressaltar que nos primeiros dias a alimentação gerou algumas questões que foram resolvidas com o auxílio do MPI.

A recepção do manto

Os Tupinambá de Olivença chegaram ao Rio de Janeiro no dia 7 de setembro de 2024, tendo saído da Bahia no dia 6 de setembro de manhã, em quatro ônibus fretados com dinheiro arrecadado por meio da divulgação da viagem e campanha realizada na página oficial do Conselho Indígena Tupinambá de Olivença (Cito) na rede social Instagram. Eles passaram os dois primeiros dias na Escola Municipal Nilo Peçanha e, posteriormente, seguiram para o parque da Quinta da Boa Vista, onde permaneceram acampados no Unicirco Marcos Frota até o dia 12 de setembro.

No feriado do dia 7 de setembro, os indígenas realizaram uma caminhada pelo centro da cidade do Rio de Janeiro, onde entoaram seus cânticos carregando uma faixa na qual estava escrito “O manto é nosso”. No mesmo dia, eles participaram de um evento na Travessa Belas Artes, onde a cacique Valdelice discursou e afirmou que o manto retornava ao país com uma missão, a da demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. A relação do retorno do manto ao país com a possibilidade da homologação da demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença foi uma constante nas falas de todos os indígenas ao longo do evento de retorno do manto, uma vez que não é possível compreender a dimensão dessa repatriação sem entender a luta coletiva dos Tupinambá pela demarcação de sua terra, localizada entre os municípios de Una, Ilhéus e Buerarema, no sul do estado da Bahia.

O processo de reorganização dos Tupinambá e sua luta pela terra é examinado em diversos trabalhos, como os de Suzanne Viegas, Patrícia Couto e Daniela Alarcon.¹⁰ A temática da luta pela demarcação é profunda e delicada, e no contexto deste trabalho será necessário tratar dos fatos de maneira mais ampla. Os Tupinambá de Olivença foram oficialmente reconhecidos como indígenas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) no começo dos anos 2000, e em 2004 foi iniciado o processo de demarcação da terra indígena que, atualmente, se encontra em fase de delimi-

¹⁰ As autoras possuem uma ampla produção sobre a temática, além dos seguintes trabalhos: Couto (2003), Viegas (2007) e Alarcon (2019).

tação.¹¹ O grupo ainda se encontra aguardando que o processo seja encaminhado ao Ministério da Justiça para homologação. Entre os muitos obstáculos políticos que os indígenas enfrentam na luta por sua terra, contemporaneamente, talvez o mais complexo seja a tese jurídica do marco temporal, que afirma que os grupos só podem reivindicar territórios que já eram por eles ocupados na ocasião da promulgação da Constituição Federal de 1988. A primeira vez que a tese foi utilizada foi em 2009, no processo de demarcação da reserva Raposa-Serra do Sol, em Roraima. Em 2023, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) consideraram a tese inconstitucional por nove votos a dois (Câmara dos Deputados, 2023). Apesar disso, no mesmo ano, a Câmara dos Deputados editou a Lei no 14.701/2023, restabelecendo o marco temporal (STF, 2024). Soma-se a essa questão o fato de o estado da Bahia ser conhecido pela violência de suas disputas fundiárias. Em 2024, a Comissão Pastoral da Terra publicou um estudo sobre conflitos no campo e apontou a Bahia como o estado do Nordeste com a maior ocorrências de conflitos (CTP, 2024). O ambiente de insegurança jurídica com relação à posse da terra pelos indígenas aumenta a possibilidade de que eles sejam vítimas de grupos armados e dificulta que eles solicitem ajuda às autoridades.

Essas breves informações sobre o contexto atual na demarcação das Terras Indígenas, em específico a dos Tupinambá de Olivença, são fundamentais, uma vez que é impossível falar sobre a volta do manto sem falar sobre a luta pelo direito à terra movida pelo grupo, que também é uma luta pelo fim da violência contra os grupos indígenas. Nesse sentido, na manhã do dia 9 de setembro, os Tupinambá, já no acampamento da Quinta da Boa Vista, deram uma coletiva para a imprensa¹², com a presença da cacique Valdelice e dos caciques Galo Tupinambá, Sussuarana Tupinambá e Acauã Tupinambá.

¹¹ Terras Indígenas consideradas tradicionalmente ocupadas, como as dos Tupinambá de Olivença, têm o processo demarcatório dividido nas etapas de: estudo; delimitação; declaração; homologação; e regularização (Funai, 2024).

¹² A chamada foi feita na noite anterior pelo Instagram do Cito.



Figura 3. Coletiva de imprensa no dia 9 de setembro de 2024 – Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro. Fonte: Foto da autora.

A primeira parte da coletiva consistiu na leitura de uma carta para o povo brasileiro, feita pela anciã Yakuy Tupinambá. Yakuy falou, entre outras coisas, na importância de, naquele momento, os indígenas conseguirem ser escutados pelas autoridades, a partir da noção de que o evento de recepção do manto teria ampla cobertura e alcances nacional e internacional, como de fato teve. A pauta da demarcação foi mencionada em diversos momentos, assim como outras questões que ameaçam o território indígena, como os areais e os grupos armados organizados, como o Invasão Zero, que teve seu início justamente no estado da Bahia, em 2023 (San-

tana, 2024). O grupo está ligado ao assassinato de Maria de Fátima Muniz, a Nega Pataxó. Durante o acampamento dos Tupinambá de Olivença, na Quinta da Boa Vista, as mulheres indígenas se organizaram para denunciar o crime e cobrar por justiça. A indígena Tupinambá e Pataxó Hã-Hã-Hãe, Mônica, sobrinha de Nega, contou que sua tia fora assassinada no dia 21 de janeiro de 2024 em uma área de retomada. O autor do crime está solto (Manifesto, [2024?]). Em uma conversa no acampamento, Mônica afirmou:

Estamos aqui em um manifesto, pedindo para que as autoridades venham fazer valer a lei, porque a família, o nosso povo, estamos revoltados com essa situação, porque ele pagou vinte salários-mínimos, e quanto vale a vida de uma pessoa? Não só por ser indígena, mas por ser uma mulher que levou um tiro só por estar segurando seu maracá na mão. Estamos aqui pedindo que todas as pessoas, aonde chegar a nossa voz, aonde chegar esse manifesto, que as pessoas assinem, porque a gente precisa dessa força. [...] chega de derramar sangue indígena e nós estamos aqui nesse pedido de justiça pela morte dela [...], a gente precisa que a sociedade brasileira, em pleno século XXI, entenda que nós, povos indígenas, estávamos aqui bem antes da invasão e que nós estamos aqui e estamos resistindo a 524 anos, mas é luta, resistência, choro e muita dor, porque os Cabrais do século XXI ainda estão aí, né, querendo dizimar o nosso povo, e nós ainda estamos aqui, resistindo. (Mônica Tupinambá / Pataxó Hã-Hã-Hãe, 11 de setembro de 2024)

Nesse sentido, o acampamento indígena foi um movimento pensado para receber o manto de forma coletiva, com os rituais próprios dos Tupinambá de Olivença, mas também para que o grupo conseguisse ser escutado e pudesse expor suas diversas demandas. Parte da recepção tinha como principal preocupação a questão espiritual. Em conversa com Yakuy Tupinambá, ela afirmou que os indígenas se sentiram violentados durante o processo de devolução do manto na dimensão religiosa. Para ela “não é questão de propriedade, mas se levar pra linguagem da cultura dominante, pro direito de propriedade, nós somos os verdadeiros donos desse manto, então tem que se garantir”. Ela também pontuou a questão do lugar da academia nesse processo, que “o que falta para as academias é uma escuta sensível, você entender que tá lidando com uma diversidade de culturas, senão a academia cumpre o papel do colonizador” (Yakuy Tupinambá, 11 de setembro de 2024). Yakuy

também abordou a organização social dos Tupinambá, segundo a qual o papel dos anciãos é fundamental para a tomada de decisões, tudo começa por eles,¹³ seguindo depois para os caciques. Nesse sentido, para o cacique Acauã Tupinambá, o manto

é um ancestral nosso que foi levado há muitos anos, foi raptado na verdade né, foi devolvido, e a gente veio em busca dele, vai buscar o reconhecimento dele, né, foi muito lindo o reconhecimento [...] e que o manto vai trazer pra gente né, novos horizontes, vai trazer a demarcação do território nosso, tá precisando demarcar né, tá trazendo tudo [...] fizemos nossos ritos internos, e as pessoas que estão aqui são pessoas escolhidas por ele, pelo manto. (Acauã Tupinambá, 11 de setembro de 2024)

Sobre os ritos religiosos dos Tupinambá de Olivença, eles são centrados principalmente no Porancy,¹⁴ um ritual associado a eles, elaborado a partir dos anos 2000. Junto a essa ritualística, os indígenas também cultuam entidades que se manifestam por meio de incorporação em contextos rituais, chamados por eles de “encantados”. Os indígenas relataram que, na sala do manto, os “encantados” se manifestaram. Essa conexão espiritual reforça o relato da cacique Valdelice sobre a importância que o ritual de acampar, acender a fogueira e as ervas para o manto tem para os indígenas. Por isso, antes de os Tupinambá iniciarem as caminhadas para o museu, onde reencontrariam o manto, foi realizado o Porancy, o ritual Tupinambá. Nas palavras do cacique Galo, “para a gente andar, precisa do ritual”. Para o Porancy no acampamento, uma pequena fogueira foi acesa e as crianças se posicionaram ao redor do fogo, fazendo um círculo fechado, enquanto ocorria um rito semelhante ao da defumação feita nas religiões de matrizes africanas, em que é feita uma oração ao Sol e um canto para Jaci (a Lua). No Porancy, são entoadas rezas católicas, bem como cantos escritos pelos próprios indígenas, a exemplo do narrado a Patrícia Couto:

¹³ Os anciãos Tupinambá chegaram apenas no dia 10 de setembro, sua chegada e a importância de sua presença naquele momento foram mencionadas diversas vezes. Para conhecer alguns dos anciãos Tupinambá, ver a obra de Mendes e Tupinambá (2014).

¹⁴ Em diversos trabalhos, como em Couto (2003) e em Grünwald (2008), a grafia do ritual aparece como “Porancim”. Neste trabalho, será utilizada a grafia “Porancy”, como escrito na página do Conselho Indígena Tupinambá de Olivença (Cito).

A maior parte desses cânticos trata de temas como trabalho, luta, terra, coragem, além de mencionar elementos da simbologia religiosa dos tupinambá antigos, como Tupã e Jaci, respectivamente Trovão e Lua. Há clara influência das doutrinas católica e protestante nas letras e músicas do Porancim. Nete, moradora do Acuípe de Cima, é compositora da maior parte dos cânticos, a exemplo dos de abertura e fechamento do ritual, que são consideradas os mais importantes pelo povo tupinambá: Jaci é nossa lua que clareia a nossa aldeia 2X Tupã venha ramiá iluminar a nossa aldeia Eu vou pedir à minha mãe Jaci que ela venha nos iluminar 2X eu vou pedir ao meu pai Tupã pra nossa aldeia se levantar. (Couto, 2003, p. 75)



Figura 4. Preparação para o Porancy. Fonte: Foto da autora, 2024.

Sobre o ritual Porancy, Taquarí Parado, indígena Pataxó naturalizado Tupinambá, como ele mesmo se definiu, afirmou que

é onde a gente canta pra agradecer aos nossos antepassados pela luta que eles tiveram pra deixar essa identidade pra nós, Tupinambá, e agradecer a presença de todos que chegam junto da gente, pra que a gente possa ganhar força, pra lutar, pra vencer, e o ritual pra gente é a busca do respeito aos nossos que já se foram [...] a forma da gente cultuar eles é os nossos cânticos, então a gente faz os cânticos, para a floresta, pros nossos antepassados, pra fortalecer a nossa parte espiritual, pra fortalecer a luta do povo originário e buscar um encontro sagrado com os nossos antepassados, porque os nosso espíritos de luz, os nossos encantados, eles estão na floresta e eles precisam de alegria [...] e o Porancy, o Awê, o Toré são os cânticos dos povos originários pra cultuar essa luta travada que os nossos antepassados tiveram por nós, é a maneira da gente agradecer, obrigado

por nós existirmos, nossa identidade [...] O Porancy é Tupinambá, o Toré e o Awê é Pataxó e de outras etnias também, mas a visão é uma só, é agradecer aos nossos encantados (Taquari Parado, 11 de setembro de 2024).

Taquari também foi o responsável pela composição de um canto entoado em diversos momentos pelos Tupinambá durante o acampamento e que dizia: “somos filhos, netos e bisnetos do sagrado manto Tupinambá”. Outra composição sua para o momento foi feita na estrada, onde conta que ficou chateado ao se deparar com o desmatamento no trecho do Espírito Santo até o Rio de Janeiro. A letra diz: “Eu ouço o barulho do vento, na folha verde da floresta, vamos salvar a floresta, meu povo, enquanto ela ainda resta, somos Tupinambá, um povo muito animado, estamos no Rio de Janeiro, parente, é o encontro com o manto sagrado”. Para Taquari, o manto Tupinambá veio fortalecer a luta de todos os povos indígenas do Brasil. Em geral, a volta do manto foi tratada em diversas falas como um motivo de esperança para os Tupinambá de Olivença.



Figura 5. Faixa levada pelos Tupinambá de Olivença.

Fonte: Foto da autora, 2024.

Nesse sentido, alguns elementos chamaram atenção durante os dias do acampamento: primeiro, a preocupação dos indígenas de se posicionarem coletivamente nas redes sociais pela página do Cito sobre a presença do grupo nas redes. Apesar de o conselho ser antigo,¹⁵ sua presença nas redes sociais tornou-se mais intensa após o episódio do manto. Cacique Galo afirmou que estar na internet é útil, por ser um jeito mais rápido de falar, enquanto o cacique Acauã reforçou a importância de o conselho falar para fora da comunidade. O Cito é composto por anciões, caciques e lideranças comunitárias das comunidades Tupinambá de Olivença. Além da coletividade, a preocupação com a organização pareceu ser uma constante durante o acampamento, os indígenas estavam determinados em causar uma boa impressão. Em uma reunião eles reforçaram a importância da limpeza do acampamento e da organização na chegada ao museu.

Com relação ao museu e a visita ao manto, as primeiras pessoas a terem contato com o ancião foram as filhas de Amotara, seguidas pelos caciques. Os Tupinambá realizaram uma caminhada do acampamento até o local em que o manto estava, carregando faixas e cantando durante todo o tempo. Na chegada do primeiro dia de visita coletiva, os indígenas foram recepcionados por funcionários do museu que carregavam uma imagem de Amotara com o manto. O corpo técnico da instituição se apresentou para os indígenas e, após breves falas, eles se direcionaram para a sala do manto seguidos por diversos jornalistas que registraram o momento. As visitas foram acompanhadas pelos funcionários dos museus, o que não foi considerado um problema pelos indígenas. A cacique Valdelice afirmou que os Tupinambá estão dando um voto de confiança para o Museu Nacional. Atualmente, os indígenas estão trabalhando em um protocolo de visitação junto à instituição e pretendem se organizar para realizar uma caminhada todo ano, enquanto o manto estiver no Rio de Janeiro.

¹⁵ Os indígenas não deram uma data exata para o início das atividades do Conselho Indígena Tupinambá de Olivença.



Figura 6. Chegada ao Museu Nacional. Fonte: Foto da autora, 2024.

Apesar disso, a vontade geral dos indígenas é de que o manto seja levado de volta para o território de Olivença, mas, segundo eles, isso só poderá acontecer após a demarcação da terra. Nesse sentido, desde o início do acampamento, existia uma grande expectativa do grupo com relação ao dia 12 de setembro, data em que o presidente Lula estaria na Quinta da Boa Vista para uma cerimônia oficial. Foi montada uma grande estrutura no parque para recepcionar o presidente, e a cerimônia foi transmitida nos perfis pessoais do presidente Lula e do Cito. Antes de discursar na parte da tarde, o presidente visitou o manto junto com a primeira-dama Janja, a cacique Valdelice, o cacique Sussuarana e a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, entre outras pessoas. Posteriormente, seguiu para a cerimônia oficial. Antes de as autoridades presentes discursarem, a anciã Yakuy Tupinambá, representando os indígenas, cobrando, de forma clara, do presidente o compromisso firmado com os povos indígenas brasileiros. O presidente Lula reafirmou sua posição contrária ao marco temporal e disse que se reuniria com o ministro da

Justiça Ricardo Lewandowski para ver o que poderia ser feito pela demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, afirmando que o manto deveria, um dia, ser levado de volta para o estado da Bahia. O evento com Lula marcou o fim das festividades e do acampamento dos Tupinambá, que no dia seguinte retornaram para a Bahia.

Apesar da fala sensível ao tema por parte do presidente, a Terra Indígena Tupinambá de Olivença ainda não foi demarcada, e o grupo segue na luta por seu território e para se manter próximos ao manto. Com esse objetivo, planejam realizar uma vigília anual para celebrar o retorno do bem, que é um ancião, um ancestral e um símbolo.

Conclusão

O evento de recepção ao manto Tupinambá, organizado pelos indígenas Tupinambá de Olivença, precisa ser lido a partir de um contexto mais amplo, como um movimento de luta pela demarcação da terra indígena, e de posicionamento perante uma política nacional que cada vez mais ameaça a vida desses grupos. Nesse sentido, o manto aparece como o ancião mais velho, que retorna para a sua casa, mas seu papel não é apenas religioso e simbólico; o manto aparece como uma ferramenta efetiva na luta pela terra. Já para o Museu Nacional, o manto tornou-se um símbolo de renovação e sobrevivência, uma vez que a instituição perdeu a maioria do seu acervo no incêndio de setembro de 2018. Conciliar o protagonismo indígena com relação às decisões sobre o seu ancestral, com as práticas institucionais e a conservação de uma peça tão sensível, nos próximos anos, ou enquanto o manto permanecer no museu, será uma tarefa delicada e que precisa ser acompanhada de perto, uma vez que o retorno do manto certamente irá ampliar as discussões sobre a repatriação dos bens indígenas no Brasil. Portanto, conhecer de maneira aprofundada como se dá esse processo é fundamental para as discussões contemporâneas e futuras sobre esse tema caro ao país.

Referências

- ALARCON, Daniela. *O retorno da terra: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia*. São Paulo: Elefante, 2019.
- ALARCON, Daniela; SILVA, Glicéria. Das profecias à cura do mundo: território, autonomia e a mobilização dos Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia, em face da Covid-19. In: ALARCON, Daniela; PONTES, A. L. M.; CRUZ, F. S. M.; CRUZ, R. Ventura (org.). *"A gente precisa lutar de todas as formas": povos indígenas e o enfrentamento da Covid-19 no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Abrasco, 2022. p. 131-165.
- ANTENORE, Armando. Somos tupinambás, queremos o manto de volta. *Folha de S. Paulo*, 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0106200006.htm>. Acesso em: 30 out. 2024.
- BUONO, Amy. Seu tesouro são penas de pássaro: arte plumária tupinambá e a imagem da América. *Figura: Studies on the Classical Tradition*, Campinas, SP, v. 6, n. 2, p. 13-29, 2018.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decisão do STF que derrubou marco temporal das terras indígenas gera repercussão na Câmara*. Brasília, 21 set. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1000636-decisao-do-stf-que-derrubou-marco-temporal-das-terras-indigenas-gera-repercussao-na-camara/>. Acesso em: 16 out. 2024.
- COUTO, Patrícia Navarro. *Morada dos encantados: identidade e religiosidade entre os Tupinambá da Serra do Padeiro – Buerarema, BA*. 2008. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- COUTO, Patrícia Navarro. *Os filhos de Jaci: ressurgimento étnico entre os Tupinambá de Olivença – Ilhéus/BA*. 83 p. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.
- CTP. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Conflitos no campo Brasil 2023*. Goiânia: CTP, 2024.
- DAM-MIKKELSEN, Bente; LUNDBAEK, Torben (ed.). *Etnografiske genstande i Det kongelige danske Kunstkammer 1650-1800* (Ethnographic objects in the Royal Danish kunstkammer 1650- 1800). Copenhagen: Nationalmuseet, 1980. Volume 17 of Nationalmuseets skrifter: Etnografisk række.
- DUE, Berete. *A shaman's cloak?* FOLK, Copenhagen, v. 21/22, 1980.
- DUE, Berete. Artefatos brasileiros no Kunstkammer real. In: ALBERT Eckhout. *Volta ao Brasil 1644-2002*. Denmark: Nationalmuseet, 2002. p. 187-195.
- FUNAI: *Painel das terras indígenas no Brasil*. Funai, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas/painel-terras-indigenas>. Acesso em: 16 out. 2024.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. *Cultura indígena no Nordeste em panorama. Ariús*, Campina Grande, v. 14, n. 1-2, p. 19-28, jan./dez. 2008.
- MANIFESTO público por justiça para Nega Pataxó divulgado pelas indígenas. [S. l.: s. n., 2024?]. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd7mgeRCPstA6E-zgQpTgWFO7d8QEOyh-8QsvYM1AnR0Sc-jBQ/viewform>. Acesso em: 28 out. 2024.
- MENDES, Alessandra; TUPINAMBÁ, Jaborandy. *Anciões em contos e encontros*. Ilhéus: Fundação Cultural Estado da Bahia, 2014.

OLIVEIRA, João; SANTOS, Rita (org.). *De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019. 444 p.

PORTO, Nuno; LIMA, Manuel (org.). *Coleções étnicas e museologia compartilhada*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019. 261p.

ROXO, Elisangela. As provações do manto Tupinambá. *Revista Piauí*, 12 set. 2024. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/manto-tupinamba-volta-dinamarca/>. Acesso em: 30 out. 2024.

SANTANA, Renato. Caso do movimento Invasão Zero chega às Nações Unidas e exige investigação das autoridades brasileiras. *Cimi*, 6 maio 2024. Disponível em: <https://cimi.org.br/2024/05/invasao-zero-nacoes-unidas-exige-investigacao/>. Acesso em: 28 out. 2024.

SILVA, Glicéria. Arenga Tata Nhee Assojaba Tupinambá. *Tellus*, Campo Grande, ano 21, n. 46, p. 323-339, set./dez. 2021.

STF. STF realiza, nesta segunda (5), primeira conciliação sobre Lei do Marco Temporal. Brasília, 2 ago. 2024. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-realiza-nesta-segunda-5-primeira-conciliacao-sobre-lei-do-marco-temporal/#:~:text=A%20comiss%C3%A3o%20ser%C3%A1%20formada%20por,tamb%C3%A9m%20poder%C3%A1%20indicar%20um%20representante>. Acesso em: 16 out. 2024.

TUPINAMBÁ, Glicéria. *Curar o mundo: sobre como um manto tupinambá voltou a viver no Brasil*. Entrevista a M. Lacerda e P. Cornils. São Paulo: n-1 edições, 2021. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/curar-o-mundo-sobre-como-um-manto-tupinamba-voltou-a-viver-no-brasil>. Acesso em: 10 maio 2022.

TUPINAMBÁ, Glicéria. O manto Tupinambá. *Revista ODÛ: contracolonialidade e pralicultura*, v. 1, p. 8-15, abr. 2021. Disponível em: https://issuu.com/revistaodu/docs/revista_od_-_online_-_vers_o_issuu. Acesso em: 5 maio 2022.

VIEGAS, Suzanna. *Terra calada: os Tupinambá na Mata Atlântica do sul da Bahia*. Coimbra: Almedina, 2007.

Estive no acampamento dos Tupinambá na Quinta da Boa Vista entre os dias 9 e 12 de setembro, especificamente no período da manhã. Gostaria de agradecer a gentileza com que os Tupinambá me receberam, permitindo que eu circulasse pelos espaços, registrasse alguns momentos; e por me concederem alguns minutos do seu dia para responder minhas perguntas. Claramente era um momento de extrema importância para os indígenas pelo reencontro com seu ancião mais velho, mas também por ser uma ocasião de muita visibilidade de sua luta pela terra e por seus direitos. Além disso, o acampamento estava sempre cheio com jornalistas, visitas de escolas, dentre outras pessoas.

Caroline Mendes Pinto Rocha da Costa | Este artigo foi escrito com base na minha pesquisa de mestrado em História da Arte na UERJ (PPGHA) onde fui bolsista CAPES, e contei com a orientação do professor Marcos Albuquerque. A minha dissertação foi apresentada com o título *A repatriação do manto Tupinambá: tramas e territórios no contexto dos bens culturais indígenas*. Também sou formada em História da Arte pela UFRJ e doutoranda em Museologia na Unirio (PPG-PMUS). O manto Tupinambá aparece como temática principal das minhas pesquisas desde a graduação. E-mail para contato: carolinemprc@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5737-7761> | Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8044133718347256>.

[<< Voltar ao início](#)